

Anexo I

Termo de Referência

1 - DO OBJETO:

1.1 - Aquisição de **FERRAMENTAS ELÉTRICAS E A GASOLINA**, para atender as necessidades e estruturação das: SECRETARIAS DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS e SUBPREFEITURAS DE CONSELHEIRO PAULINO, OLARIA, CÔNEGO E CASCATINHA, LUMIAR E SÃO PEDRO DA SERRA E CAMPO DO COELHO, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

| | | |
|-----|-----------------------------|---|
| 1.2 | Requisitante: | Secretaria de Obras, Serviços Públicos, Subprefeituras de Conselheiro Paulino, Olaria, Cônego e Cascatinha, Lumiar e São Pedro da Serra e Campo do Coelho |
| 1.3 | Fundamentação legal: | Pregão Eletrônico – Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 599/2020 - Lei Federal 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS |
| 1.4 | Período: | 12 (doze) meses |
| 1.5 | Tipo: | Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93; |

1.6 - Para que se possa garantir a qualidade das FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, obtendo aquisição mais econômica, os itens deste Termo de Referência DEVERÃO ser fornecidos obedecendo as normas da ABNT NBR.

2 - DA AQUISIÇÃO:

2.1 - A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

| ITEM | CÓD. | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QUANT. |
|--------------|--------|---|---------|--------|
| 01 PRINCIPAL | 445727 | Roçadeira Lateral de uso profissional à gasolina, para uso pesado por longos períodos. Corte de grama, capim, pasto, arbusto, macegas, pequenas árvores e afins. Uso em terrenos com aclives e declives. Motor 2 ou 4 tempos. Peso de até 10 quilos contando com no mínimo as seguintes especificações: tanque com capacidade para 0,6 L; 40,2 cilindradas por cm³; potência de 1,5KW/2,0CV; rotação lenta de 2.500 RPM | Unidade | 210 |



| | | | | |
|--------------|--------|--|---------|----|
| | | e rotação máxima 10.500 RPM, incluindo os seguintes acessórios: acessório para lâmina de duas pontas, carretel para nylon, cinto duplo, protetor de discos, silenciador anti chamas, acelerador tipo gatilho, botão para desligar e óculos de proteção. Marca de Referência: Stihl, Husqvarna, Kawashima ou superior. | | |
| 02 PRINCIPAL | 452305 | Compactador de percussão potência de 4 à 6,5 HP, capacidade de 2,5 à 2,8 L, velocidade de avanço 10 à 18 m/min, força média do golpe (impacto) entre 1.400 à 1.600 kgf, peso seco entre 73 à 85 kg, golpes por minuto: 640 à 680 e profundidade de compactação de 580 mm à 700 mm. Marca de Referência: Honda, CSM, Nagano ou superior. | Unidade | 14 |
| 03 EXCLUSIVA | 220244 | Esmerilhadeira angular 7" com potência entre 2200 à 2500W, 220 V, rotação 8.500 RPM sem carga, diâmetro do disco 180 mm, com protetor do disco e peso entre 4,9 à 5,5 Kg. Marca de Referência: Makita, Super Tork, Bosch ou superior. | Unidade | 12 |
| 04 EXCLUSIVA | 16535 | Furadeira de bancada, 220 V, capacidade de furação: 3 à 16 mm, rotação entre 250 à 3.100 RPM, mesa móvel podendo ser inclinada, potência do motor ½ HP – 370 W e profundidade da furação de 60 à 110 mm. Marca de Referência: Schulz, Somar, Motomil ou superior. | Unidade | 09 |
| 05 EXCLUSIVA | 470266 | Furadeira de impacto 5/8", 220 V, potência entre 900 à 1.300 W, RPM entre 1.000 e 1.400, com: chave de mandril, maleta, botão de trava e punho auxiliar. Capacidade de perfuração em concreto 20 à 30 mm, madeira 30 à 40 mm e aço 16 mm. Marca de Referência: Bosch, Vonder, Dewalt ou superior. | Unidade | 12 |
| 06 EXCLUSIVA | 451536 | Lixadeira tipo orbital, com no mínimo 250 W, oscilação entre 12.000 à 24.000 OPM, rotação entre 7.500 à 12.000, incluindo coletor de pó e sistema de fixação da lixa (por velcro ou perfuração). Marca de Referência: Bosch, Hammer, Dewalt ou superior. | Unidade | 03 |
| 07 EXCLUSIVA | 452742 | Máquina de solda inversora, 220 V, frequência 50/60 Hz, faixa de corrente de 20 a 180 A e potência entre 5.400 à 7.800 W. Marca de Referência: CSM, Super Tork, V8 Brasil ou superior. | Unidade | 12 |
| 08 EXCLUSIVA | 290942 | Martelo Demolidor – 1.600 à 1.700W, 43 à 50 J de potência, botão de trava, encaixe sextavado, incluindo: chave, talhadeira, ponteira, punho auxiliar, chave inglesa e maleta. Marca de Referência: Wesco, Nagano, Einhell ou superior. | Unidade | 06 |



| | | | | |
|-----------------|--------|---|---------|----|
| 09 EXCLUSIVA | 126810 | Motopoda à gasolina 2 tempos, 25,4 à 33 CC, 0,95 à 1 KW de potência, extensão entre 2,5 à 2,9 M, 10.000 à 12.000 RPM e arranque manual. Marca de Referência: Nagano, Vulcan, Stihl ou superior. | Unidade | 10 |
| 10 EXCLUSIVA | 373384 | Motoserra de uso profissional à gasolina com sabre entre 16" e 18" para cortes de árvores de pequeno e médio porte . Motor de 2 tempos, tanque com capacidade para 0,5 litros, potência de 2,4KW/3,2CV; rotação máxima 9.000 RPM. Marca de Referência: Toyama, Vonder, Husqvarna ou superior. | Unidade | 07 |
| 11 EXCLUSIVA | 363059 | Motoserra de uso profissional à gasolina com sabre entre 24" e 25" para corte de árvores de médio e grande porte, motor 2 tempos, tanque com capacidade para 0,68 litros, 70,7 cilindradas, potência de 3,5KW/4,8CV. Rotação máxima de 13.500 RPM. Marca de Referência: Toyama, Vonder, Husqvarna ou superior. | Unidade | 07 |
| 12 EXCLUSIVA | 342207 | Betoneira de 400 L, motor elétrico 2 cv, 4 polos, monofásica, com kit de segurança, 220V, capacidade da mistura aproximadamente 315 L, de 15 à 20 ciclos por hora, produção horária de 4,05 à 4,7 m³, rotação do tambor entre 26 à 30 RPM e correia tipo"V". Marca de Referência: Maqtron, Menegotti, CSM ou superior. | Unidade | 10 |
| 13 EXCLUSIVA | 16292 | Serra circular manual para corte em madeira, potência 1.500W, com ângulo para corte, diâmetro do disco entre 184 e 185 mm, RPM entre 5.500 e 6.000, guia para largura de corte, cabo com no mínimo 1M, 220 V. Acompanha disco de corte e chave para troca de disco. Marca de Referência: Philco, Bosch, Wesco ou superior. | Unidade | 10 |
| 14 EXCLUSIVA | 481427 | Serra mármore, com as seguintes especificações mínimas: potência de 1450 W à 1500 W, rotação mínima de 12.200 RPM, diâmetro do disco entre 110 e 125 mm, capacidade máxima de corte de 34 à 40 mm, peso do produto até 4 kg, com refrigeração à base d'água, 220 V. Marca de Referência: Makita, Bosch, Wesco ou superior. | Unidade | 07 |
| 15 EXCLUSIVA | 258752 | Serra Poli Corte 14", mínimo de 2.300W, potência 3.800 RPM, 220 V, diâmetro do furo 25,4 mm e diâmetro do disco no mínimo 305 mm. Marca de Referência: Dewalt, Bosch, Makita ou superior. | Unidade | 09 |

| | | | | |
|-----------------|--------|--|---------|-----------|
| 16 EXCLUSIVA | 131555 | Serra Tico Tico com mínimo de 650W, corte angulares de até 45º 220V, RPM de 500 à 3.200, capacidade de corte mínimo em: madeira 80 mm, aço 10 mm e alumínio 12 mm. Marca de Referência: Vonder, Nakasaki, Dewalt ou superior. | Unidade | 07 |
| 17 EXCLUSIVA | 453350 | Soprador profissional à gasolina, com motor de 2 tempos, tanque com capacidade para 1,25 à 1,5 L, potência entre 2,1 à 2,6 Kw, cilindradas entre 50 e 57 e rotação máxima de 7.000 à 7.500 RPM. Marca de Referência: Husqvarna, Kawashima, Stihl ou superior. | Unidade | 16 |
| 18 EXCLUSIVA | 273044 | Pistola elétrica para pintura, mínimo de 400 W, 220 V, frequência 50/60Hz, capacidade do reservatório de no mínimo 700ml, diâmetro do bico: 2,6mm, 3 tipos de jato de tinta (vertical, horizontal e circular) e com chave de ajuste de tinta. Marca de Referência: Gamma, Vonder, Chiaperini ou superior. | Unidade | 07 |

3 - JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO DO OBJETIVO E FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO:

3.1 - A presente aquisição possui o fito de corrigir o déficit de equipamentos necessários a continuidade da prestação dos serviços de limpeza urbana, de obras, na manutenção de estradas vicinais e rurais.

3.2 - Atendendo assim às demandas de adequação e estruturação das Secretarias, Subprefeituras e suas Administrações e será procedida **Via Sistema de Registro de Preços**, visto que não é possível mensurar a quantidade exata de equipamentos que serão necessários para o pleno funcionamento destes órgãos municipais.

3.3 - Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Não poderão concorrer neste certame as sociedades empresariais e empresários que se enquadram nas seguintes situações:

4.1.1 - para os itens da COTA EXCLUSIVA, não poderão participar as empresas que estejam enquadradas legalmente na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno



Porte ou Equiparadas, ou que incidam em alguma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

4.1.2 - suspensos temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, ou do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02;

4.1.3 - impedidos de participar da licitação, nos termos do inciso IV, do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

4.1.4 - na forma de cooperativas ou em consórcio de empresas ou grupos de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;

4.1.5 - sociedades empresariais que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.

4.1.6 - será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico- financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

4.1.7 - sociedade empresarial ou empresário proibido de contratar como Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, §8º,V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

4.1.8 - empresário ou sociedade empresarial cujos sócios majoritários, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

4.1.9 - que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

4.1.10 - entende-se por “participação indireta” a que alude o artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame da empresa em que uma das pessoas listadas no

mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importado o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;

4.1.11 - sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

4.1.12 - sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.2 - Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

4.3 - De acordo com o previsto no Art 47 e 48, incisos I e III da Lei Complementar 123/2006, as cotas foram divididas em PRINCIPAL e EXCLUSIVA, respeitando o limite de até 25% do objeto total do certame.

5 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 - As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta dos elementos de despesa e fontes de recurso das Secretarias Municipais de Obras, Serviços Públicos e Subprefeituras de Campo do Coelho, Lumiar e São Pedro da Serra, Olaria, Cônego e Cascatinha e Conselheiro Paulino, relacionados abaixo:

| Programa de Trabalho | Elemento de Despesa | Fonte |
|----------------------|---------------------|-------|
| 10001.0412200012.002 | 44.90.52 - 05 | 01 |
| 09001.0412200012.002 | | 17 |
| 23001.0412200162.189 | | 01 |
| 26001.0412200012.002 | | 01 |
| 25001.0412200012.002 | | 01 |
| 24001.0412200012.002 | | 01 |

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

CNPJ: 28.606.630/0001-23

ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ,

CEP: 28613-001.

6 - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 - O fornecimento será efetuado conforme conveniência e necessidade, a ser determinado pela Secretaria de Infraestrutura e Logística, com prazo de entrega não superior a 90 (noventa) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Avenida Alberto Braune, nº 225, - Centro - NOVA FRIBURGO - CEP 28613-001

Horário de entrega: De Segunda à Sexta-feira das 09 hs às 14 hs.

6.2 - Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.3 - Os mesmos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.4 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1 - na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7 - ENTREGA TÉCNICA

7.1 - A CONTRATADA deverá proceder a entrega em dias e horários previamente agendados junto a CONTRATANTE, informando em um prazo não inferior a 48 horas.

7.2 - A entrega será feita juntamente com responsável técnico designado pela CONTRATADA, afim de demonstração e conferência do funcionamento dos equipamento e ferramentas.

7.2.1 - a duração mínima da entrega deverá ser de 08 (oito) horas.

7.2.2 - se não houver tempo hábil no dia da entrega, para demonstração de que trata o sub item anterior, será reagendada nova visita técnica em dias e horários previamente estabelecidos em comum acordo entre a CONTRATADA e CONTRATANTE.

7.2.3 - devido a questões de logística, o local da entrega poderá ser alterado pela CONTRATANTE, desde que seja efetuada dentro dos limites geográficos do Município de Nova Friburgo.

7.3 - Os equipamentos deverão, no ato da entrega, estarem acompanhados de seus respectivos implementos, certificado de garantia, devidamente assinado e carimbado pela empresa vencedora, manual de peças e manutenção em meio físico e digital.

7.4 - Caso a CONTRATANTE julgue necessário, a CONTRATADA, reagendará nova entrega técnica com fito de elucidar possíveis dúvidas de operação e manuseio dos equipamentos adquiridos na presente contratação.

7.5 - Entende-se por entrega técnica, a demonstração de uso dos equipamentos adquiridos, por profissional capacitado e designado pela CONTRATADA, com vistas a correta utilização dos equipamentos.

7.6 - Fica a cargo do contratado se necessário o transporte do veículo até o local de realizações dos serviços propostos

8 -LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

8.1 - A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão e o pagamento será efetuado em consonância ao disposto no Decreto municipal nº 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões, abaixo listadas, estejam dentro da validade:

8.1.1 - Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

8.1.2 - Certificado de Regularidade do FGTS;

8.1.3 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

8.1.4 - CND – Certidão de Nada Consta (junto a Receita Estadual);

8.1.5 - Certidão Negativa da Dívida Ativa (Procuradoria Geral do Estado);



8.1.6 - Certidão Negativa de Débitos Municipais.

8.2 - A nota fiscal deverá conter a identificação do banco, número da agência e conta corrente para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

8.3 - Na ocorrência de rejeição da (s) nota (s) fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - São obrigações da Contratante:

9.1.1 - exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as exigências deste Termo de Referência, as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2 - receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.3 - verificar, minuciosamente e no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.4 - comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido no prazo estabelecido;

9.1.5 - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão de servidores a ser especialmente designada por Ordem de Serviço, nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo, posteriormente, anotar em registro próprio toda e qualquer ocorrência relacionada a presente aquisição, inclusive determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.1.6 - caso as decisões e providências ultrapassem a competência do (s) representante (s), deverá solicitar a seus superiores, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.

9.1.7 - efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, em conformidade com o Decreto Municipal nº 258 de 27 de setembro de 2018.

9.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano

causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - A Contratada , além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA completa, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia e/ou validade, acompanhada das certidões de regularidade fiscal;

10.3 - Os objetos devem estar acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.4 - Atender, prontamente, a quaisquer exigências da Contratante inerentes ao objeto da presente aquisição;

10.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.6 - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

10.7 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.8 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.9 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.10 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato; e

10.11 - Atestado de capacidade técnica da empresa, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove que a licitante tenha fornecido objeto pertinente e em quantidade compatível com o objeto desta contratação.

11 - DA GARANTIA

11.1 - O prazo de garantia mínima do(s) bem(ns)/produto(s) adquirido(s) será de no mínimo **12 (doze) meses** ou prazo superior fixado pelo fabricante, o qual deverá estar expresso na proposta. Para os casos em que a garantia do fabricante for superior a 12 (doze) meses prevalecerá a que for mais vantajosa para a Administração.

11.2 - Durante o período de garantia e assistência técnica, as Secretarias e Subprefeituras solicitantes não efetuarão nenhum tipo de pagamento à contratada a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão-de-obra e outros, ***na solução de problemas que ensejaram o acionamento da garantia.***

11.3 - No caso de reprovação do objeto entregue, à CONTRATADA deverá proceder a sua substituição no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após ser notificada do mesmo.

11.4 - Em caso de substituição do bem/produto, o substituto terá o mesmo prazo de garantia originalmente dados ao bem substituído, a contar da data em que ocorrer a substituição;

11.5 - A ocorrência de qualquer defeito, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por parte da CONTRATADA, da correção do problema ou ainda na substituição do bem, caso não seja possível o conserto, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação oficial, conforme o artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor**, sem ônus para a CONTRATANTE.

11.5.1 – Não havendo a solução no prazo estipulado no item 11.5, será aplicado o artigo 18, §1º do Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93.

11.6 - Declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

12 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 - As empresas interessadas deverão ter objetivo social compatível com o objeto do certame e para fins de comprovação da capacidade técnico- operacional, deverão apresentar no mínimo 01 (um) atestado de aptidão técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando

que forneceram ou estão fornecendo material(is) permanentes(s) e compatível (eis) em características com o objeto deste Termo de Referência;

12.2 - A empresa poderá apresentar quantos atestados de capacidade técnica julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Termo de Referência, destacando-se a necessidade de o interessado demonstrar por meio desses atestados que forneceu anteriormente pelo menos o quantitativo solicitado no subitem anterior.

12.3 - Os atestados e declarações apresentados poderão ser diligenciados nos termos do parágrafo 3o do art. 43, da Lei 8.666/93, estando sujeita às penas da lei a empresa que faltar com a verdade com relação aos citados documentos.

13 - DA SUBCONTRATAÇÃO E ALTERAÇÕES SUBJETIVAS

13.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto.

13.2 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14 - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO:

14.1 - O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

14.2 – Ficam os fiscais obrigados a comunicar quaisquer defeitos ou problemas técnicos dos equipamentos, que forem adquiridos por suas respectivas Unidades Administrativas, à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, através de Memorando ou qualquer outra forma oficial, sendo ainda vedada qualquer tipo de manutenção enquanto durar a garantia, sob pena de responsabilidade do fiscal responsável.

14.3 - Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

| NOME | MAT. | GESTOR/FISCAL |
|------|------|---------------|
|------|------|---------------|

| | | |
|------------------------------------|----------------|---|
| Valcenyr Júnior Gomes Faria | 062.898 | Gestor |
| Clayton Munier Coelho | 100.715 | Fiscal Titular - Sec. Obras |
| Ygor Mendes de Andrade | 115.046 | Fiscal Titular - Subprefeitura Olaria |
| Sônia Maria Machado | 100.019 | Fiscal Titular - Sec. Serv. Públicos |
| Roni Oliveira Tavares | 003.558 | Fiscal Titular - Subprefeitura Conselheiro Paulino |
| Maria Luiza Botelho Ramos | 062.259 | Fiscal Titular - Subprefeitura Campo do Coelho |
| Gerson Alfredo Bellinger | 100.062 | Fiscal Titular - Subprefeitura Lumiar e São Pedro da Serra |

14.4 - O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição.

14.5 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei 8.666 de 1993..

14.6 - Nos termos dos artigos 58, III e 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração tem o poder-dever permanente de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão de servidores especialmente designada por Ordem de Serviço, devendo estes anotarem em registro próprio toda e qualquer ocorrência relacionada a execução da contratação, inclusive determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

15.1.1 - inexecutar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2 - ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3 - fraudar na execução do contrato;

15.1.4 - comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5 - cometer fraude fiscal;

15.1.6 - não mantiver a proposta.

15.2 - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1 - advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2 - multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

15.2.3 - multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4 - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5 - suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa da Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

15.2.6 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, as empresas ou profissionais que:

15.3.1 - tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2 - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3 - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

15.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16 - DA RESCISÃO

16.1 - O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará às Secretarias e Subprefeituras requisitantes o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

16.2 - Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

16.2.1 - atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.;

16.2.2 - o cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelos fiscais designados no referido processo.

16.3 - Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo, 11 de abril de 2022.

Ordenadores de Despesa, cientes e de acordo com as condições de contratação elencadas neste termo de referência:

Marcelo da Silva Pereira - Mat. 100.530
Secretário de Serviços Públicos

Bernardo Coelho Verly - Mat. 062.009
Secretário de Obras

Patrícia Felipe de Souza - Mat. 062.713
Subprefeita de Conselheiro Paulino

Matiel Gonçalves Custódio - Mat. 062.010
Subprefeito de Olaria, Cônego e Cascatinha



Jorge de Oliveira Freimann - Mat. 062.011
Subprefeito de Lumiar e São Pedro da Serra

Robson Ray de Oliveira - Mat. 062.012
Subprefeito de Campo do Coelho

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente:

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Mat.: 62.775